



Trabalho 581

ASSISTÊNCIA E CAPACITAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM À PESSOA COM DEFICIÊNCIA.

Juliany Kelly Moreno¹

Brunna Nayara Alves Sousa Rolim de Sena²

Danielle Christine Miranda Vieira³

Thiago Rodrigo Cruz Farias⁴

Robiany Barbosa de Morais⁵

Paula Marciana Pinheiro de Oliveira⁶

INTRODUÇÃO: Surge na década de 80 a concepção de que a família e a sociedade devem adaptar-se às necessidades de todas as pessoas, sejam elas deficientes ou não, é o que significa o desenho universal. Entretanto, conforme se percebe os serviços de saúde ainda não desempenham papel satisfatório em relação à proposta da Organização Mundial de Saúde (OMS). Percebe-se, a necessidade de reciclagem dos profissionais, onde o foco não seja apenas a deficiência, mas que abranja o conceito idealizador onde saúde é o estado de completo bem-estar, físico, mental e social. Nesta perspectiva, a enfermagem enquanto profissão educadora e promotora de saúde deve envidar esforços em ações que auxiliem as pessoas com deficiência a desenvolverem comportamentos que lhes proporcionem bem-estar através da efetivação dos direitos que lhes são assegurados ⁽¹⁾. Compreende-se que os recursos humanos em saúde devem ter um diferencial desde a formação acadêmica, por meio da incorporação de disciplinas e conteúdos relativos à reabilitação e atenção integral à saúde dos deficientes. Tal reorientação deve ser promovida no currículo de todos os profissionais que direta ou indiretamente lidam com esta clientela. A atenção primária é um campo importante para o desenvolvimento de práticas de atenção à saúde da pessoa com deficiência, particularmente naquilo que tange à circulação e participação social, sob a ótica de inclusão e dos direitos de cidadania. Porém, este é um tema ainda pouco desenvolvido na UBS. Segundo preconiza a Política Nacional de Saúde das pessoas com deficiência, a assistência a estes cidadãos também deve ser pautada na promoção da saúde e na concepção de saúde determinada por fatores múltiplos, incluindo fatores sociais, ambientais, educacionais, econômicos, entre outros. Desta forma, exige-se articulação inter setorial ⁽²⁾. Dentre as diretrizes da Política Nacional de Saúde da pessoa com deficiência está a capacitação de recursos humanos para melhor direcionamento das ações em saúde ⁽³⁾. Portanto, além da participação multiprofissional, o enfermeiro é também um mediador para alcançar estratégias.

OBJETIVOS: Caracterizar a assistência de enfermagem à pessoa com deficiência no contexto da atenção básica de um município do estado do Ceará. **DESCRIÇÃO METODOLÓGICA:** Este estudo é do tipo descritivo, exploratório, com abordagem qualitativa. Este estudo foi realizado com enfermeiros das Unidades Básicas de Saúde de um município do estado do Ceará, no período de novembro de 2011. A população foi constituída de todos os enfermeiros que trabalham na UBS no município supracitado. Em seguida, foram entregues os Termos de Consentimento aos profissionais para leitura e assinatura,

¹ Acadêmica de Enfermagem do 7º semestre do Centro Universitário Estácio do Ceará – Estácio/FIC. Bolsista do programa de iniciação científica Estácio/FIC.

² Enfermeira. Graduada pela Faculdade do Vale do Jaguaribe.

³ Acadêmica de Enfermagem do 4º semestre do Centro Universitário Estácio do Ceará – Estácio/FIC.

⁴ Enfermeiro. Graduado pela Faculdade do Vale do Jaguaribe.

⁵ Enfermeira. Graduada pela universidade de Fortaleza (UNIFOR).

⁶ Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela UFC. Fortaleza, CE, Brasil. Professora assistente do curso de enfermagem da faculdade Estácio do Ceará – Estácio/FIC.



Trabalho 581

confirmando a participação no estudo. A análise dos dados foram realizados a partir de literatura científica pertinente à temática, distribuindo os achados de acordo com categorias encontradas. Estas foram distribuídas com relação às respostas dos sujeitos a partir de categorias, conforme descrito abaixo: **1ª Categoria: Participação de cursos ou treinamentos nos últimos dois anos para atender Pessoas com Deficiência (PcD); 2ª Categoria: Uso da comunicação no atendimento a (PcD); 3ª Categoria: Equipamento/instrumento na Unidade Básica de Saúde para facilitar atendimento; 4ª Categoria: Acompanhamento durante a assistência de enfermagem.** A pesquisa foi enviada ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade Estácio do Ceará para apreciação e aprovação. **RESULTADOS:** Como resultado obteve 16 enfermeiros, com renda familiar média de quatro a sete salários mínimos. A faixa etária dos entrevistados variou entre 25 a 50 anos, sendo que a maioria (15) do sexo feminino e um do sexo masculino. Os resultados estão apresentados em categorias, conforme descrito abaixo: **1ª Categoria: Participação de cursos ou treinamentos nos últimos dois anos para atender Pessoas com Deficiência (PcD);** Observa-se que poucos profissionais no âmbito da saúde participaram de atividades que os deixassem inteirados a temática, evidenciando a notável escassez de treinamentos profissionais. Quase sempre a busca para geração deste conhecimento é pessoal, pois os mesmos desconhecem algum programa de educação continuada que esteja mais bem direcionado a esta clientela. **2ª Categoria: Uso da comunicação no atendimento a (PcD);** O estudo mostra que os tipos de comunicação mais utilizados na relação Pessoas com Deficiência e enfermeiros foram a comunicação verbal e não verbal (16), embora estes profissionais ainda apontassem a utilização de sinais caseiros (06), leitura labial (05) e braille (02) como a menos utilizada pelos profissionais. **3ª Categoria: Equipamento/instrumento na Unidade Básica de Saúde para facilitar atendimento;** De acordo com as descrições de alguns dos enfermeiros entrevistados, instalações adequadas são alternativas para resolução do problema de acesso e acolhimento, sendo que estes se complementam na implementação das práticas do serviço de saúde no intuito de uma assistência integral. **4ª Categoria: Acompanhamento durante a assistência de enfermagem;** Ao reconhecer que existem restrições que ocorrem em consequência de ambientes inacessíveis, noções questionáveis de inteligência, inabilidade da população de utilizar a linguagem de sinais ou pela falta de material em braile, torna-se necessário o acompanhamento destes indivíduos também quando são direcionados ao serviço de saúde. **CONCLUSÃO:** De acordo com os resultados encontrados, percebe-se que os profissionais atuantes precisam de capacitação na comunicação e relacionamento com pessoas com deficiência desde a sua graduação melhorando o suporte assistencial para promover saúde integral e digna. Esta capacitação deve ser direcionada a todos os setores, seguindo os princípios de igualdade, equidade, universalidade preconizados pelo SUS. Diante da importância da educação no âmbito da saúde, é interessante lançar estratégias que melhore a comunicação encontrada por essa clientela quando procuram o serviço de saúde, para que os profissionais adquiram habilidades na comunicação com as (PcD), viabilizando uma assistência mais eficiente. Visto que tais mudanças iriam também significar melhorias na vida dos cuidadores e profissionais de saúde. A enfermagem, compreendida como profissão do cuidado, conhece e utiliza formas de intervenção individual e coletiva sobre os fatores desfavoráveis à saúde, agindo com responsabilidade em relação à sua saúde e a saúde da comunidade, adotando hábitos de autocuidado, respeitando as possibilidades e limites do próprio corpo. **CONTRIBUIÇÕES PARA A ENFERMAGEM:** Conhecimento sobre os aspectos que devem ser melhorados na assistência e capacitação de profissionais de enfermagem ao paciente para promoção da saúde eficaz.



Trabalho 581

DESCRITORES: Pessoas com deficiência, Capacitação Profissional e Cuidados de Enfermagem.

EIXO TEMÁTICO: EIXO II - Interfaces da Enfermagem com práticas profissionais e populares de cuidado em saúde.

REFERÊNCIAS:

1. Baptista RS, Vieira NFC, Ximenes LB, Pagliuca LMF. Uma Análise Sobre a Legislação para Pessoas com Deficiência: estudo descritivo-exploratório. *Online Brazilian Journal of Nursing*. 2010; 9(1).
2. Brasil. Ministério da saúde. Política Nacional de Saúde da pessoa portadora de deficiência. Brasília: Ministério da Saúde; 2008.
3. Campos GW, Barros RB, Castro AM. Avaliação da Política Nacional de Promoção da saúde. *Ciênc Saúde Coletiva*. 2004; 9(3):745-9.